

CASO KISS 2013-2021

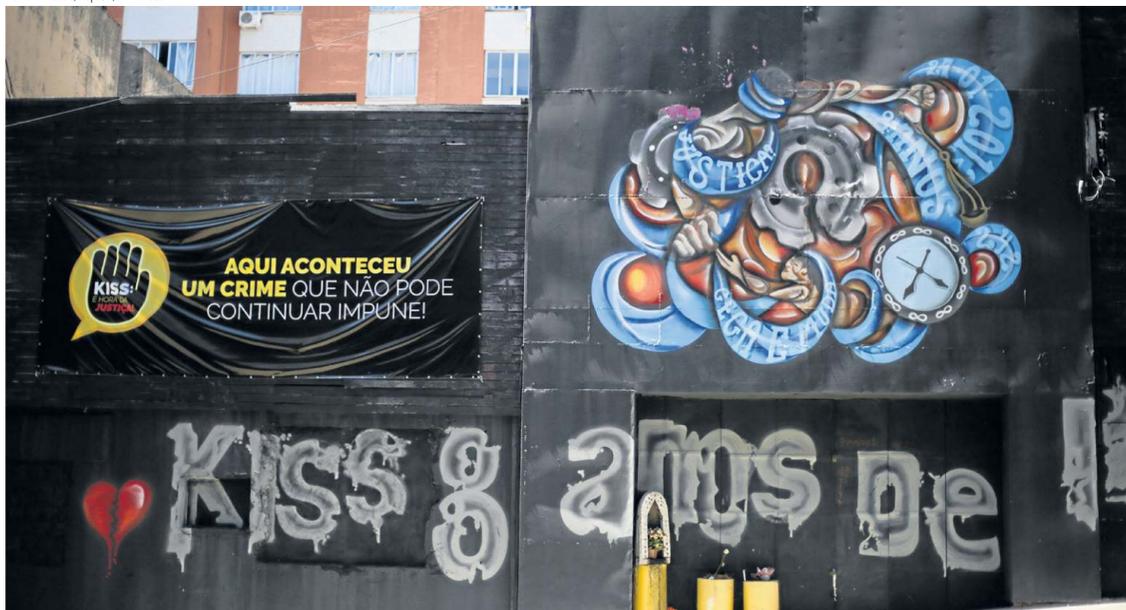


Oito anos depois, Justiça vai se pronunciar sobre boate Kiss

Julgamento em Porto Alegre está marcado para 1º de dezembro e pode durar até 15 dias. Quatro réus serão julgados pela morte de 242 pessoas em Santa Maria. **Correio** publica série de reportagens sobre a tragédia

» TAÍSA MEDEIROS
Especial para o **Correio**

Renan Mattos/Esp.CB/D.A.Press



Fachada da Boate Kiss, em Santa Maria (RS): superlotação e falhas de segurança transformaram a casa noturna em um inferno

Santa Maria (RS) — As chamas que destruíram a Boate Kiss, na cidade gaúcha de Santa Maria, mudaram para sempre o destino das cerca de 1.300 pessoas que participavam de uma festa universitária na madrugada de 27 de janeiro de 2013. A casa noturna tinha capacidade para 690 pessoas. Mas, naquela noite, estava superlotada, com um público quase duas vezes maior. Em questão de minutos, a Kiss transformou-se em um inferno, do qual muitos não conseguiram sair.

Passados quase nove anos, o Rio Grande do Sul e o país voltam a se deparar com a tragédia. O dia 1º de dezembro vem com a expectativa de um desfecho para o caso, aguardado pelos familiares das 242 vítimas e para os sobreviventes da tragédia. “É o último momento que a gente tem para gritar”, define Vanessa Vasconcellos, 32 anos. Ela é irmã de Letícia Vasconcellos, funcionária da Kiss. À época com 36 anos, Letícia não conseguiu escapar do incêndio.

O julgamento no Foro Central de Porto Alegre terá quatro réus e pode durar até 15 dias. Respondem às acusações os sócios da boate Elissandro Callegaro Spohr (Kiko) e Mauro Londero Hoffmann; e os músicos Luciano Augusto Bonilha Leão e Marcelo de Jesus dos Santos, integrantes da banda Gurizada Fandangueira, que se apresentava naquela noite. Eles serão julgados por um Conselho de Sentença, no Tribunal do Júri. Os réus responderão por homicídio simples (242 vezes consumado — pelo número de mortos —, e 636 vezes tentado — pelo número de feridos).

O caso da Boate Kiss foi considerado a segunda maior tragédia no Brasil em número de vítimas em um incêndio. Teve o maior número de mortos nos últimos 50 anos. É, ainda, o terceiro maior desastre em casas noturnas no mundo. Em uma série de reportagens, o **Correio** reconstituiu essa história dolorosa, que deixou profundas cicatrizes em centenas de pessoas e marcou o Brasil.

O incêndio

Em 26 de janeiro de 2013, a festa “Agromerados”, organizada por cursos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), reunia centenas de jovens na fila para entrar

na Boate Kiss. “Era noite de casa cheia. O Kiko ainda comentou ‘pessoal, vamos pegar junto hoje, façam correria, atendam todo mundo o melhor possível, porque, no final da noite, a gente vai dar umas caixas de cerveja para os funcionários’”, relembra Luismar da Rosa Model, 34, sobrevivente da tragédia. Ele trabalhava na boate naquela noite.

A banda Gurizada Fandangueira, que costumava se apresentar mensalmente na boate, tocava naquela noite. Por volta das 2h30 da madrugada do sábado, 27, um dos músicos acendeu um sinalizador de uso externo.

As faíscas lançadas pelo equipamento entraram em contato

com a espuma de isolamento acústico. A reação foi instantânea. As chamas se alastraram com rapidez, por se tratar de espuma altamente inflamável. Em contato com o fogo, o produto liberava gases tóxicos, como o cianeto. Uma fumaça escura passou a dominar o ambiente, impedindo as pessoas de respirar e enxergar.

Gabriel Rovadoschi, 27, estava na boate com mais quatro amigos. Ele recorda que o primeiro sinal de que havia algo errado foi quando a música parou. “Lembro de ver as pessoas virem a cabeça em direção ao palco. Começou um murmurinho, falando que era briga”. Bastaram alguns instantes para o tumulto começar: todos

procuravam uma saída do local.

A boate tinha apenas um acesso, usado tanto para entrada quanto para saída. No meio do empurrão-empurrão, dezenas de pessoas buscaram os banheiros na tentativa de escapar do incêndio, e acabaram ficando presas. Para agravar a situação, os sistemas de ar condicionado e de exaustão propagavam rapidamente a fumaça tóxica em vez de dissipá-la. A perícia concluiu, na época, que os dutos de ar eram ineficientes e estavam parcialmente obstruídos por janelas basculantes, impedindo que parte da fumaça saísse para o ambiente externo.

Os extintores de incêndio estavam em número insuficiente

e fora do prazo de validade. Não havia sinais luminosos que indicassem as saídas. Esse detalhe foi definitivo para que, no momento em que a luz se apagou por conta do incêndio, centenas de pessoas não fossem capazes de encontrar a saída.

A casa noturna também funcionava sem alvará, pois estava com o processo de renovação em andamento. O alvará da boate havia vencido em 10 de agosto de 2012.

Logo após a tragédia, os quatro acusados tiveram decretada a prisão preventiva. Quatro meses depois, passaram a responder ao processo em liberdade. Essa situação se mantém até hoje.

Para as famílias, a liberdade dos quatro acusados representa um descaso do poder público ao sofrimento nesses oito anos. “A falta que a minha irmã faz jamais será suprida. Mas eles precisam pagar pelo que fizeram, principalmente para que nenhum tipo de local vá novamente cogitar fazer algo fora das diretrizes”, defende Vanessa Vasconcellos.

Os sócios da boate, Elissandro e Mauro, e o vocalista do grupo, Marcelo, solicitaram a transferência de local do julgamento. Os advogados dos réus sustentaram que, caso o julgamento ocorresse em Santa Maria, haveria dúvidas quanto à parcialidade, por estarem na cidade em que ocorreu a tragédia.

Em 2020, a Justiça gaúcha autorizou a transferência de julgamento para Porto Alegre a três réus — Elissandro, Mauro e Marcelo. Luciano foi o único que não manifestou interesse na troca, mas o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul determinou que o produtor da banda se juntasse aos outros réus, em um julgamento único, na capital gaúcha.

A falta que a solidariedade faz

Após oito anos sem respostas, a proximidade do júri desperta os mais variados sentimentos nas famílias e nos sobreviventes da tragédia. Luismar Model descreve um misto de alívio e revolta. “A gente ouviu muitos absurdos durante estes anos”, desabafa.

Segundo o relato dos sobreviventes, por vezes, a comunidade de Santa Maria, cansada do rótulo de “cidade da tragédia”, não os acolhia da maneira que eles esperavam. “Eu não consegui mais viver em Santa Maria. Hoje, quando falo da tragédia, vejo que 90% das pessoas não sabem o que aconteceu. Elas acham que os culpados estão presos e que a justiça foi feita”, conta Vanessa Vasconcellos. Ela se mudou para Porto Alegre em 2016, quando percebeu que a solidariedade, tão evidenciada nos primeiros meses após o incêndio, já não era mais vista na cidade.

Além do isolamento sentido diante da comunidade de Santa Maria, os sobreviventes expressam um sentimento bastante comum entre eles: culpa. “Aquele vão que eu peguei na multidão para sair de dentro da boate me traz culpa até hoje. Eu sei que eu peguei o lugar de alguém. Eu tinha certeza que meus amigos eram melhores do que eu e poderiam ter saído no meu lugar”, conta, emocionado, Gabriel Rovadoschi.

Após anos de terapia e fortalecimento emocional, Gabriel segue lutando contra pensamentos negativos. “Hoje eu reconheço que essa culpa não é minha. Houve responsáveis por nos colocar nessa emboscada. Por nos matar”, afirma. O desejo por responsabilização aumenta às vésperas do júri.

Durante os oito anos, o maior medo das famílias era de que o sofrimento caísse no esquecimento. “Se não fosse a imprensa lembrando o caso e a gente se guiando lutando, ninguém mais falaria hoje dos absurdos cometidos contra nós”, relata Carina Correa, mãe da Thanise Correa Garcia, 18, uma das primeiras vítimas da Boate Kiss na madrugada do dia 27.

“Além de terem matado nossos filhos, é surreal tudo o que tivemos que batalhar para que pelo menos esses quatro réus estejam lá no dia 1º”, afirma. Carina, que estava de plantão no hospital em que trabalhava na época, como auxiliar de nutrição, relembra ainda hoje a sensação de não ter notícias da filha. “Nunca vai passar”, desabafa.

Em meio à tristeza e revolta, familiares e sobreviventes encaram o julgamento com esperança. “Eu só desejo que essa dor tenha um direcionamento mais digno”, diz Gabriel. (TM)

Renan Mattos/Esp.CB/D.A.Press



Carina Correa perdeu a filha, Thanise: revolta com os “absurdos cometidos contra nós”



Veja no Instagram do **Correio** vídeos especiais sobre o julgamento dos acusados pelo incêndio na Boate Kiss. O material será publicado também durante a semana.

Defesa reivindica julgamento técnico

Os advogados dos réus do caso Kiss estão nos últimos preparativos para a defesa. Um dos sócios da boate, Elissandro Spohr, o Kiko, é representado pelo advogado Jader Marques. Em nota, Marques afirma estar completamente preparado para o júri.

“Meu cliente tem vivido a angústia de ser acusado de ter atuado dolosamente para a ocorrência da morte de inúmeras pessoas, mesmo ele obedecendo tudo que o poder público determinava na época para um empresário do ramo de casas noturnas”, alega.

O defensor afirma, ainda, que o Ministério Público deveria cumprir o dever de zelar pela sociedade. “Ele é acusado pela mesma mão que abriu a porta da boate e permitiu o funcionamento dela”, acusa Marques.

A defesa do outro sócio da boate, Mauro Hoffmann, espera um julgamento técnico. “Acreditamos que, com as provas que foram produzidas ao longo desses quase 9 anos, está mais do que demonstrado que Mauro não era administrador da Boate e não tinha qualquer atuação que lhe afastasse da condição exclusiva

de um sócio-investidor”, esclarecem os advogados Bruno de Menezes e Mário Cipriani em nota.

Já a defesa dos músicos, responsáveis pela compra e utilização do artefato pirotécnico, afirma inocência. A advogada Tatiana Borsa, que representa o réu Marcelo de Jesus dos Santos, conta que ele está muito abalado. “A vida do Marcelo parou no dia 27 de janeiro de 2013. A dor dele é a dor dos familiares das vítimas, porque ele é uma das vítimas da Boate Kiss, assim como toda a banda Gurizada Fandangueira”. A defesa ainda destaca

que jamais houve a intenção de ceifar vidas. “Eles acreditavam que a casa era segura porque os órgãos públicos foram lá e fiscalizaram”, conclui.

O advogado Jean Severo, da defesa de Luciano Bonilha Leão, considera absurda a denúncia contra o cliente. “Ele é um homem correto, trabalhador, que vem sofrendo há muito tempo com essa situação. Existem muitas outras pessoas que foram indiciadas no inquérito policial que deveriam estar no banco dos réus: o MP, os bombeiros, a prefeitura”, diz. (TM)